



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

☐ **REQUERIMENTO**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

☐ **PERGUNTA**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

**Expeça - se**

**Publique - se**

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

**Considerando que:**

Relativamente à atribuição da gestão de áreas portuárias aos Municípios, e também relativamente à transferência de parte do património das Administrações Portuárias para os Municípios, a levar a efeito nos próximos tempos, devem ser acauteladas uma série de situações.

Não se pode esquecer que as Administrações Portuárias são dotadas de autonomia financeira, jurídica e patrimonial, não dependendo por isso do Orçamento de Estado.

Os Municípios, ao integrarem parte importante do património das Administrações Portuárias, fragilizarão as Administrações Portuárias, uma vez que grande parte das receitas dessas entidades é proveniente desse património. Passa por isso a ser determinante, para o cumprimento dos seus deveres e obrigações, perceber como será financiada a sua atividade. Caso isso não aconteça as administrações ficarão numa situação muito difícil ou até mesmo insustentável para manter a sua operacionalidade portuária e os compromissos com os seus trabalhadores.

No âmbito da aplicação do Dec. Lei 72/2019, de 28 de maio, faz sentido que exista diálogo com as Administrações Portuárias, mas também com os trabalhadores.

Será ainda necessário que o Governo, com as Administrações Portuárias, proceda a um levantamento profundo e sério sobre quais as áreas a afetar e do património a transferir, impondo-se a realização de um estudo dos impactos que podem pôr em causa a sustentabilidade das Administrações Portuárias e, naturalmente, do porto que cada uma representa.

Assim:

Tendo em conta o disposto no artigo 156.º, alíneas d) e e) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º, n.º 3 do Regimento da Assembleia da República, que fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta;

O(a)s Deputado(a)s do CDS-PP, abaixo-assinados, vêm por este meio requerer ao Ministério do Mar, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, respostas às seguintes perguntas:

**1 – De que forma será feita a avaliação do património a transferir das Administrações Portuárias para as Câmaras Municipais?**

**2 – Faz ou não sentido, na perspetiva do Ministério, que ainda que haja transferência de competência, existam fontes próprias de financiamento das Administrações Portuárias? Que fontes serão essas?**

**3 – As áreas portuárias, e o diverso património das Administrações (a ser transferidos para os Municípios), deve ter um plano claro e transparente sobre o desenvolvimento e aproveitamento dos recursos. Contudo, e de acordo com as preocupações manifestadas pelo setor, faz sentido o envolvimento das Administrações Portuárias, de forma a que estas sejam ressarcidas em pelo menos 25% do valor que vier a resultar da rentabilização do património e de outras áreas transferidas para os Municípios. O que está o Governo a fazer para garantir que estas pretensões são alcançadas?**

Palácio de São Bento, 10 de julho de 2019

Deputado(a)s

JOÃO GONÇALVES PEREIRA(CDS-PP)

HELDER AMARAL(CDS-PP)